Nós estamos muito preocupados com a gravidade dessa situação - será que sem ainda um julgamento definitivo o Senhor Ministro da Justiça já poderia determinar a suspensão do processo de demarcação de uma terra indigena ? Por que os argumentos da Ducoco têm tanto valor a esse ponto ? A nossa tradição, os apoios juridicos das leis do Brasil, principalmente da Constituição Federal não merecem nenhum valor para os Juízes e até o Ministro ? E a nossa convivência durante séculos, a nossa história conhecida e reconhecida no Ceará, no Nordeste, oficialmente apoiada pela Fundação Nacional do Indio, não têm nenhum valor ?

Foi uma desmoralização da Fundação Nacional do Indio FUNAI, pelo próprio Ministro da Justiça, quando oficialmente já fomos reconhecidos em 1993 e em julho de 1996, quando os posseiros apresentaram o contraditório, apoiados pelo Decreto 1775/96. O mesmo Senhor Ministro determinou que "... julgo improcedentes as contestações opostas à identificação e delimitação da área indigena de TREMEMBÉ DE ALMOFALA...", D.O.U. 132, 10 de JUL 1996.

Nós não podemos acreditar que uma empresa que invadiu nossa terra, que expulsou mais de cem (100) famílias, que destruiu nossas lagoas, nossos riachos, nossas plantas, nossas - casas, tenha todo esse direito. Até a pericia antropologica ser impedida de ser realizada. Que direito tão grande é esse que até o Senhor Ministro suspende nosso processo de demarcação quando o processo judicial ainda não foi concluído ?

Nesta oportunidade tão importante, nós pedimos a boa compreensão de Vossa Excelência para estudar uma solução justa e competente para esse caso que estamos apresentando através dessa solenidade de criação do Conselho Indigenista Nacional nesse Ministério, com a participação de lideranças indigenas nacionais.

Nós, Tremembé de Almofala, ficamos muito felizes com a decisão de Vossa Excelência, em setembro do ano passado, assinando a Portaria Declaratória em favor da terra indigena do Povo Tabeba, aqui no Ceará. Foi a nossa primeira vitória. Nós ficamos muito esperançosos de que outras vitórias nós indigenas vamos alcançar, aqui no Ceará. Os Tapeba estão sendo muito perseguidos mas nós temos esperança que essa vitória vai-se concretizar, vai ser garantida porque é uma luta justa.

Nós não sabemos o que é possivel ser feito em defesa do nosso direito nesse caso que estamos apresentando para Vossa-Excelência, mas desejamos que esse nosso pedido seja atendido, esse caso seja estudado, e tomada uma decisão que o direiro exige, que a nossa realidade exige, que a defesa dos direitos indigenas exige.

Nossas saudações e nossos agradecimentos pela atenção à nossa reivindicação.

Francisco manoel Pedro
Coordenador Geral do Conselho Indígena Tremembe de Almofala

Francisco Marques Nascimento
Vice-Coordenador-Geral do Conselho Indigena Tremembe de Almofala e Vice-Cacique Tremembé

Marcos Guilherme
[illegible]
2293647
2240684

392

URGENTE, por favor.

ASSOCIAÇÃO
MISSÃO
TREMEMBÉ

Fortaleza, 7/03/98

Para a
Jornalista Ariadne
Edição Especial

Aqui vai junto a carta dos Tremembé. Foi enviada cópia para a Diretoria de Assuntos Fundiários - FUNAI Brasília, o Administrador Regional em João Pessoa (FUNAI) e o Procurador Regional em Fortaleza - Dr. Adonis Calou de Sá.

Um abraço amigo e disponha sempre,

Maria Amélia

URGENTE!

PARA: ARIADNE

DE: DJALRO DUTRA

JOAN IVARS	Teulada (Alacant) Espanha
JOSEP BUIGUES	Teulada (Alacant) Espanha
JUANA MARTINEZ	Teulada (Alacant) Espanha
CARLOS ARAGÓN	Madrid
DANIELLA MITERRAND	França
FLÁVIO LIMONCIO	Pesquisador do Instituto Brasileiro de análises Sociais e Econômicas
GUENTER FRANCISCO LOEBENS	Secretário do Conselho Indigenista Missionário (Brasília - DF)
MARIA DA GRAÇA BRAZ	Secretária do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Joinvile (Santa Catarina).
PEDRO CEINOS	Presidente da Fundación Amigos de los Índios - MADRID.
BERNARD COMOLI	Comitê europeu pela demarcação das terras indígenas do Brasil - GENEBRA.